



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
3ª VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE
CUIABÁ

Av. Milton Figueiredo Ferreira Mendes, s/nº, CEP: 78049-075
Fone: (65) 3648-6000

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá do Estado de Mato Grosso.

Faz saber a quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem e possam interessar, com fulcro nos arts. 879 ao 903 do Novo CPC (Lei nº 13.105/15), Provimentos nº 25/2011 e 24/2012 do Conselho da Magistratura do Estado de Mato Grosso Artigos 216 e seguintes, Seção XX do Código de Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso e Resolução nº 236/2016, CNJ, que os Leiloeiros nomeados **CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA**, Leiloeira Oficial, devidamente inscrita na JUCEMAT sob o nº. 22, em conjunto com o Leiloeiro Rural e Oficial **JOABE BALBINO DA SILVA**, devidamente inscrito na FAMATO sob o nº. 067/2013 e na JUCEMAT sob o nº. 29 e com o Leiloeiro Rural e Oficial **LUIZ BALBINO DA SILVA**, devidamente inscrito na FAMATO sob o nº. 066/2013 e na JUCEMAT sob o nº. 42, através das plataformas eletrônicas www.balbinoleiloes.com.br/www.balbinosleiloes.com.br homologadas pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, levará a público a venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras a seguir:

PROCESSO Nº. 0001615-95.1995.8.11.0041

CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE(S): BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ: 00.000.000/0001-91

EXECUTADO(S): BRASIL CENTRAL IND E COM DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - ME - CNPJ: 32.959.231/0001-13 e MONICA FATIMA VILLAR DO CARMO - CPF: 120.250.578-30

INTERESSADOS: PAULO ROBERTO RODRIGUES GERMANO - CPF: 040.634.268-74, FERNANDO VILLAR DO CARMO - CPF: 604.552.761-53, GISELI VILLAR DO CARMO - CPF: 559.187.601-30 e AIDE DO CARMO VILLAR - CPF: 120.250.598-84

DATAS: 1º Leilão terá início no dia **05 de maio de 2025, às 13:00 horas, e encerramento no dia 08 de maio de 2025, às 13:00 horas**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, com encerramento no dia **23 de maio de 2025, às 16:00 horas**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais ao fechamento do leilão, serão acrescidos 03 minutos a partir do horário do recebimento do último lance ofertado para o término do leilão. Deverá ser considerado o horário oficial do Mato Grosso.

LOCAL: O leilão será realizado através das plataformas eletrônicas www.balbinoleiloes.com.br/www.balbinosleiloes.com.br.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 738.292,68 (duzentos e vinte e sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos) – julho/1995.

DÉBITOS DA AÇÃO ATUALIZADO: R\$ 4.664.404,54 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) – abril/2025.

1. DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um lote de terras, situado neste Município e Comarca de Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, denominado "FAZENDA MORADA DO SOL" com área de 2.475,7166 ha (dois mil, quatrocentos e setenta e cinco hectares, setenta e um ares e sessenta e seis centiares), dentro dos seguintes limites e confrontações: - O M1 está cravado na margem esquerda do Rio Aguapeí nos limites da parte remanescente de onde segue confinando com esta última com o azimute magnético de 48°21'27" na distância de 3.167,82 metros; Do M2 ao M6 segue limitando com parte remanescente da Fazenda Nova, com os seguintes rumos e distâncias: M2-M3 azimute magnético de 363°40'00" na distância de 1.932,96 metros; M3-M4 azimute de 288°24'00" na distância de 1.437,27 metros; M4-M5 azimute magnético de 0°46'00" na distância de 1.700,00 metros; M5-M6 azimute magnético de 270°57'00" na distância de 2.174,60 metros; Do M6-M7, segue limitando com terras de Sebastião Gabriel Maia e Evaldo Maia, com azimute magnético de 0°20'07", na distância de 4.620,61 metros; Do M7-M8, segue limitando com Paulo Donizete Costa, com o azimute magnético de 92°49'20", na distância de 2.248,37 metros; Do M8 ao M9, segue pelos limites de Antonio Luiz Arantes e Sobrinho, Paula Santana e Outros, com os azimutes magnéticos de 183°27'00", na distância de 3.405,60 metros; Do M9 ao M10, segue limitando com Paulo Santana, com azimute magnético de 90°57'00", na distância de 2.172,40 metros; Do M10 ao M1, limita-se com Antonio Pedro da Silva, com o azimute magnético de 183°56'59", na distância de 1.540,00 metros; Do M11 ao M12, segue limitando com Anésia de Queiroz, com o azimute magnético de 183°46'23", na distância de 5.931,33 metros; Do M12 ao M1, segue pelo Rio Aguapeí, acima por diversos rumos e distâncias até encontrar o marco inicial, tendo como resultante uma linha radial com o azimute magnético de 273°13'43", na distância de 2.994,30 metros. ***

Matrícula Imobiliária nº		3972 - Cartório de Registro de Imóveis de Porto Esperidião - MT		
Inscrição Cadastral nº		INCRA 902.047.006.564-1		
Ônus				
Averbação/ Registro	Data	Ato	Processo	Credor
AV-1	30/05/2023	HIPOTECA	-	BANCO DO BRASIL S.A
AV-2	30/05/2023	PENHORA	100/98	JDC DE CUIABÁ - MT (BANCO DO BRASIL S.A)
R-3	29/09/2022	PENHORA	0001615-95.1995.8.11.0041	BANCO DO BRASIL S.A
AV-4	30/05/2023	INDISPONIBILIDADE	00854004819965230004, 01324004119965230005, 00255007620065230007, 02110000720045230002 e 00255200600723005	-
AV-6	04/03/2024	INDISPONIBILIDADE	00603001120075230003	-
AV-7	02/04/2024	INDISPONIBILIDADE	00472002020065230004	-

2. DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um lote de terras, situado neste Município e Comarca

de Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, denominado "FAZENDA MORADA DO SOL" com área de 268,9791 ha (duzentos e sessenta e oito hectares, noventa e sete ares e nove centiares), dentro dos seguintes limites e confrontações: - O M1 está cravado nos limites de Mônica Fátima Villar do Carmo Rodrigues e de terras remanescente do Espólio de Atilio José da Silva, de onde segue confinando com a primeira, com azimute magnético de 48°22', na distância de 1.420,00 metros; Do M2 ao M3, segue ainda pelos limites de Mônica Fátima Villar Carmo Rodrigues, com o azimute magnético de 353°40', na distância de 1.933,00 metros; Do M3 ao M4, segue também limitando com Mônica Fátima Villar Rodrigues, com azimute magnético de 289°06', na distância de 1.224,18 metros; Do M4 ao M1 segue pelos limites do Espólio, com os seguintes azimutes e distâncias; M4 ao M5, azimute magnético de 162°04' e distância de 208,20 metros; M5 ao M6, azimute magnético de 168°29'30" e distância de 1.488,45 metros; M6 ao M7, azimute magnético 183°07" e distância de 820,70 metros; M7 ao M8, azimute magnético de 197°5' e distância de 676,40 metros e M8 ao M1, azimute magnético de 126°00' e distância de 247,85 metros. ***

Matrícula Imobiliária nº		3973 - Cartório de Registro de Imóveis de Porto Esperidião - MT		
Inscrição Cadastral nº		INCRA 902.047.006.564-1		
Ônus				
Averbação/ Registro	Data	Ato	Processo	Credor
AV-1	30/05/2023	HIPOTECA	-	BANCO DO BRASIL S.A
AV-2	30/05/2023	PENHORA	100/98	JDC DE CUIABÁ - MT (BANCO DO BRASIL S.A)
R-3	29/09/2022	PENHORA	0001615-95.1995.8.11.0041	BANCO DO BRASIL S.A
AV-4	30/05/2023	INDISPONIBILIDADE	00854004819965230004, 01324004119965230005, 00255007620065230007, 02110000720045230002 e 00255200600723005	-
AV-6	04/03/2024	INDISPONIBILIDADE	00603001120075230003	-
AV-7	02/04/2024	INDISPONIBILIDADE	00472002020065230004	-

3. DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Um lote de terras, situado neste Município e Comarca de Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, denominado "FAZENDA MORADA DO SOL" com área de 79,5009 ha (setenta e nove hectares, cinquenta ares e nove centiares), dentro dos seguintes limites e confrontações: - O M1 está cravado nos limites de Sebastião Gabriel Maia, de onde segue limitando com o mesmo, com o azimute magnético de 08°20', na distância de 365,60 metros; Do M2 ao M3, segue limitando com Mônica Fátima Villar Carmo Rodrigues, com azimute magnético de 90°57', na distância de 2.174,60 metros; Do M3 ao M4, segue ainda limitando com Mônica Fátima Villar Carmo Rodrigues, com o azimute magnético de 184°48', na distância de 365,60 metros; Do M4 ao M1, segue limitando com Espólio de Átila José da Silva, com azimute magnético de 271°00', na distância de 2.196,94 metros. ***

Matrícula Imobiliária nº		3974 - Cartório de Registro de Imóveis de Porto Esperidião - MT		
Inscrição Cadastral nº		INCRA 902.047.006.564-1		
Ônus				
Averbação/ Registro	Data	Ato	Processo	Credor

AV-1	30/05/2023	HIPOTECA	-	BANCO DO BRASIL S.A
AV-2	30/05/2023	PENHORA	100/98	JDC DE CUIABÁ - MT (BANCO DO BRASIL S.A)
R-3	29/09/2022	PENHORA	0001615-95.1995.8.11.0041	BANCO DO BRASIL S.A
AV-4	30/05/2023	INDISPONIBILIDADE	00854004819965230004, 01324004119965230005, 00255007620065230007, 02110000720045230002 e 00255200600723005	-
AV-6	04/03/2024	INDISPONIBILIDADE	00603001120075230003	-
AV-7	02/04/2024	INDISPONIBILIDADE	00472002020065230004	-

OBSERVAÇÃO 1: A Fazenda Morada do Sol atualmente é denominada de Assentamento Morada do Sol e habita mais de 100 (cem) famílias. Os sítios em que vivem essas famílias variam entre 05 (cinco) alqueires a 40 (quarenta) alqueires, sendo que, em todos os sítios possuem pelo menos 01 (uma) casa, extensões de rede elétrica e poços artesianos de água. Para ter acesso as propriedades rurais dessas famílias foram construídas 03 (três) estradas principais e 04 (quatro) estradas secundárias.

OBSERVAÇÃO 2: Em contexto geral, área total da avaliação é toda formada e cercada, dividindo a cada sitiante a sua parte em relação à terra. Na área do imóvel pode-se observar algumas represas, pequenas plantações e grande parte de criação de gado leiteiro e de corte, além de possuir alguns pontos de mata densa e fechada. Vegetação Natural: Típica de cerrado, associados em campo e mata leve. Relevo: Plano e ondulado Solo: Terra mista, com algumas proporções arenosas, apresentando também em alguns lugares terra com cascalhos e textura média argilosa.

OBSERVAÇÃO 3: As matrículas 13.124, 13.125 e 13.126 foram transferidas de Mirassol D'Oeste - MT para a comarca de Porto Esperidião-MT, passando a estarem matriculadas sob n.ºs 3.972, 3.973 e 3.974.

AVALIAÇÃO PARA OS TRÊS IMÓVEIS: R\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais) – abril/2019.

VALOR DE AVALIAÇÃO ATUALIZADO PARA OS TRÊS IMÓVEIS: R\$ 31.311.099,00 (trinta e um milhões e trezentos e onze mil e noventa e nove reais) – abril/2025.

LANCE MÍNIMO 2ª PRAÇA PARA OS TRÊS IMÓVEIS: R\$ 15.655.549,50 (quinze milhões e seiscentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

LOCALIZAÇÃO DO(S) BEM(NS): A área I e II estão localizadas no município de Porto Esperidião - MT. Segue pela Rodovia BR/174, entrando a esquerda em uma estrada vicinal no KM 124 por 07 Km ate a entrada do imóvel.

PRORROGAÇÃO: O Leilão prosseguirá no dia útil imediato, até o mesmo horário previsto, independentemente de novo Edital, se for ultrapassado o horário de expediente forense (art. 900 do CPC). Nesse mesmo período, havendo instabilidades técnicas ou motivos que prejudiquem o encerramento do Leilão, a Praça poderá ser prorrogada pelo prazo necessário para garantir igualdade de condições aos licitantes. No período de 24 horas posteriores ao término da praça poderão ser recebidas ofertas na modalidade de “Repasse”, com mesmas condições de 2ª Praça.

CONDIÇÕES DE LANCES E PROPOSTAS: Caso não haja lance para pagamento à vista nas praças realizadas, serão admitidas propostas de arrematação parcelada, exclusivamente por meio dos sítios

www.balbinoleiloes.com.br/www.balbinosleiloes.com.br (nos termos do Art. 22, parágrafo único, da Resolução nº 236/2016, CNJ). Para efetivação, será necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses. O saldo devedor sofrerá correção mensal pelo índice do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta, todas serão destinadas a apreciação do MM. Juízo da causa, prevalecendo a de maior valor, ou melhores condições (artigo 891, parágrafo único; e artigo 895, §§ 1º ao 8º, todos do CPC). O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta aos leiloeiros: I) Até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação. II) Até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, sendo entrada de, no mínimo, 25%, podendo ser em porcentagem superior, de acordo com o ajustado com o leiloeiro, a ser comprovada em dois dias úteis e vencendo-se a primeira das demais parcelas em 30 dias após o respectivo leilão, corrigidas pela Taxa poupança, a serem depositadas mediante guia própria e de forma vinculada à execução. A arrematação será subordinada à cláusula resolutiva expressa, constando da carta, de forma que será resolvida no caso de inadimplemento de qualquer das parcelas, restabelecendo-se a propriedade do executado ou terceiro garantidor. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, como indenização pelo retardamento da execução.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial (<https://siscondj-dj.tjmt.jus.br/portalsiscondj/pages/guia/publica/>), respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida, com as parcelas vincendas (895, § 4º, do CPC). Ainda, se o exequente arrematar o bem, e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor do bem exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa deste (artigo 892, §1º, CPC).

VISITAÇÃO: Para obtenção de descrição detalhada do imóvel, fica o Leiloeiro ou funcionário por este indicado, autorizado a diligenciar até o local do bem para vistoria e realização de fotos, acompanhado ou não de interessados (artigo 7º do Provimento CSM nº 1625/2009).

PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO: Havendo mais de um pretendente, e em igualdade de oferta, terão preferência na aquisição dos bens, o devedor ou seu cônjuge, o companheiro, o descendente ou o ascendente do executado, e os coproprietários (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão do Leiloeiro será a este devida.

QUOTA-PARTE: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução

recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

INADIMPLEMENTO: Caso não efetuado no prazo estipulado, o depósito da oferta e/ou o pagamento da comissão do leiloeiro, este comunicará o MM. Juízo responsável, que apreciará os lances imediatamente anteriores, ora sem prejuízo da aplicação de sanção prevista no art. 897 do CPC, ao arrematante remisso. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação, ou promover em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução, em que se deu a arrematação. (Art. 895, §5º do CPC).

DESISTÊNCIA: Inexistindo prévio motivo para desistência do arrematante, poderá ser configurado fraude em leilão. Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente (art. 186 e 927, do Código Civil, e art. 358 do Código Penal), ficando ainda obrigado a pagar a título de multa, o valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, em favor do leiloeiro, sem prejuízo a demais sanções aplicadas pelo MM. Juízo da causa. Poderá ainda, o leiloeiro emitir título de crédito, para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito.

CANCELAMENTO DO LEILÃO: I – Caso haja adjudicação, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 1% (um por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante; II – Havendo remição ou acordo, antes da realização do leilão, será devido ao Leiloeiro Oficial, o importe de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pela parte que remiu ou que postulou o acordo; III – Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º § 3 da Resolução 236/2016, a ser arcado pelo executado remidor. Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada. Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

DESPESAS: Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados, correrão por conta do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

LANCES: Havendo lances nos 03 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

VENDA EM CARÁTER “AD CORPUS”: O bem será vendido no estado de conservação em

que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

DÉBITOS: O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários, conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. No caso de adjudicação ou alienação, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência, conforme art. 908, parágrafo 1º, do CPC.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediador, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios, defeitos ocultos ou não no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos, conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o 2º leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Através do e-mail: contato@balbinoleiloes.com.br, ou telefones, Fixo e Whatsapp: (11) 3181-6102.

A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (Art. 889, parágrafo único, do CPC). Dos autos não constam recursos ou causas pendentes de julgamento. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

CONDIÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Ainda, não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pelo Leiloeiro Oficial para qualquer tipo de

informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro Oficial, serão de responsabilidade unicamente do próprio licitante.

INTIMAÇÃO: Fica, desde logo, intimada a executada: **BRASIL CENTRAL IND E COM DE PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - ME - CNPJ: 32.959.231/0001-13** e **MONICA FATIMA VILLAR DO CARMO - CPF: 120.250.578-30**, e seu cônjuge, **PAULO ROBERTO RODRIGUES GERMANO - CPF: 040.634.268-74**, terceiros interessados, **FERNANDO VILLAR DO CARMO - CPF: 604.552.761-53**, **GISELI VILLAR DO CARMO - CPF: 559.187.601-30**, **AIDE DO CARMO VILLAR - CPF: 120.250.598-84**, **BRAZ JOSÉ VILLAR DO CARMO - CPF: 120.250.608-90**, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. O Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Publicado e afixado no local de costume, na sede do Órgão, bem como no sítio eletrônico: www.balbinoleiloes.com.br/www.balbinosleiloes.com.br.

Cuiabá/MT, 03 de abril de 2025.

Dr. ALEX NUNES DE FIGUEIREDO
JUIZ DE DIREITO